

Economia

CRISE FAVORECE
O CENTRALISMO

DEBATE SOBRE
FINANÇAS E
FISCALIDADE
REGIONAIS
EXPÕE ENTRAVES

JORGE FREITAS SOUSA
jfsousa@dnoticias.pt

“Portugal gosta muito de tratar as regiões autónomas como Bruxelas trata Portugal, o que é uma pena”. A frase de Eduardo Paz Ferreira, ‘pai’ da primeira lei das finanças regionais, resume o que foi a conferência ‘Finanças Públicas e Fiscalidade Regionais’, organizada pela Ordem dos Contabilistas Credenciados e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa e a que o DIÁRIO e a TSF-Madeira se associaram.

Paz Ferreira lembrou o percurso legislativo das autonomias, particularmente ao nível financeiro e fiscal e concluiu que os governos de Lisboa têm sido particularmente conservadores, suportados por decisões muito discutíveis do Tribunal Constitucional.

As barreiras colocadas pelo poder central foram a nota dominante das intervenções de ex-mi-



O debate foi muito participado. FOTOS JOANA SOUSA/ASPRESS

nistros, como Daniel Bessa ou ex-secretários de Estado, como Carlos Lobo.

A revisão da lei das finanças regionais, com prejuízos para a Madeira, as medidas de dupla austeridade do programa de ajustamento económico e financeiro – a taxa de IVA a 22% foi considerada um exagero – e as

decisões que fizeram sair do Centro Internacional de Negócios centenas de empresas, foram referidas.

O centralismo, acrescentaram alguns dos oradores, é facilitado pela crise que, como teme Paz Ferreira, poderá ter em 2016 um novo ano complicado. Com poucos recursos, medidas europeias

duras e pouca compreensão das autonomias, o poder da República torna-se ainda mais centralista.

A encerrar as intervenções, o secretário regional das Finanças e da Administração Pública apresentou o quadro orçamental da Região, criticou a austeridade exagerada imposta aos madeirenses e lamentou que as regiões autónomas

Sacrifícios salvaram autonomia política e financeira

“Regra geral, os titulares das pastas das finanças são vistos muitas vezes como mal-amados, mas também olhados algumas vezes com alguma benevolência, dado o fardo que é reconhecido terem de carregar e a dimensão hercúlea da sua missão”, afirmou ontem Rui Gonçalves, na conferência sobre finanças públicas regionais organizada pela Ordem dos Contabilistas Certificados.

O secretário regional das Finanças abordou o enquadramento orçamental, recordando os esforços realizados nomeadamente a divulgação trimestral da execução orçamental e da dívida.



O secretário regional das Finanças e da Administração Pública.

Ao longo dos últimos anos, recordou, foram desenvolvidos esforços que permitiram criar superávites orçamentais desde 2013 que permitiram que a Região terminasse o programa de ajustamento com as contas públicas mais sólidas e equilibradas. A dívida, acrescentou, já foi reduzida em 628 milhões de euros, em relação a 2012.

“Apesar de considerar que o programa de ajustamento foi demasiado duro para os madeirenses e porto-santenses e que teria sido possível fazer um ajustamento com menos sacrifícios, faço referência a estes dados com moderada satisfação, não



A partir das zero horas de segunda-feira, o gasóleo rodoviário na Madeira passa a custar um euro por litro (1,005), a gasolina super sem chumbo 95 octanas custará 1,367 euros e o gasóleo colorido e marcado ficará por 0,598 cêntimos.



RECE ISMO



Técnicos e autarcas marcaram presença.

sejam ignorada na tomada de decisões que lhes dizem respeito.

A conferência, que decorreu no Pestana Casino Park, terminou com um elogio de Daniel Bessa ao esforço de equilíbrio das finanças públicas levado a cabo na região e à intervenção de Rui Gonçalves.

António Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Conta-

bilistas Certificados garantiu que estas conferências voltarão a ter lugar na Região e destacou a boa adesão de participantes. Até ao final do evento, a sala este quase sempre cheia.

www.dnoticias.pt
VEJA FOTOGRAFIAS DA
CONFERÊNCIA QUE REUNIU
VÁRIOS TÉCNICOS NO FUNCHAL

RUI GONÇALVES

pelos resultados em si mesmos, mas porque tenho a convicção de que se os resultados fossem outros corríamos sérios riscos em garantir a nossa autonomia, política e financeira”, afirmou. Rui Gonçalves considera importante que a Região não continue “dependente do Estado e à espera que outros resolvam os nossos problemas, porque a História recente demonstra que daqui podem resultar muitos dis-
sabores”.

O secretário regional espera que o próximo orçamento de Estado “tenha em consideração nas suas políticas públicas as limitações financeiras das regiões e

das autarquias”. Rui Gonçalves é particularmente crítico em relação à nova lei de enquadramento orçamental nacional, sobretudo porque não teve qualquer contribuição das regiões autónomas. Para este ano, o secretário regional das Finanças coloca como desafio a revisão de lei de enquadramento orçamental da Região. Uma intervenção que foi comentada pelo ex-ministro Daniel Bessa que a considerou “admirável, mesmo nas críticas” e terminou com uma frase repetida nas conclusões da conferência: “tenho orgulho desta região autónoma”.

Crise não é favorável ao “regionalismo”

Avaliar como os “custos de insularidade afectam as pessoas” foi um dos objectivos da conferência, como referiu o bastonário, Domingues Azevedo.

Na abertura dos trabalhos, Eduardo Paz Ferreira, do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa, referiu os sinais recentes de que 2016 poderá ser um ano novamente complicado para a economia. Crise que, sublinha, “não é muito favorável ao regionalismo, porque em crise a tendência é centralizadora”.

Paz Ferreira, um especialista em finanças regionais - foi um dos autores da primeira lei das finanças regionais - também contesta as políticas de austeridade “como foram assumidas”, incluindo a Região por força do programa de



O ex-ministro das Finanças, Daniel Bessa (em primeiro plano).

ajustamento económico e financeiro. Daniel Bessa, ex-ministro das Finanças e presidente do Gabinete de Estudos da Ordem dos Contabilistas Certificados, fez uma primeira análise à profissão e aos problemas que enfrenta.

Mais tarde teve lugar o primeiro

panel da conferência que teve como objectivo fazer um ‘Enquadramento das Finanças Regionais’. Um painel com moderação de Carlos Lobo e que teve como oradores Eduardo Paz Ferreira e António Carlos Santos, no enquadramento comunitário.

“Portugal gosta de tratar as regiões como Bruxelas”

EDUARDO PAZ FERREIRA

Eduardo Paz Ferreira fez o enquadramento constitucional das finanças regionais, na conferência que decorre no Casino Park Hotel. O presidente do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa recordou o percurso da legislação sobre as regiões autónomas, destacando a postura progressista da Constituição de 1976 e a interpretação conservadora do Tribunal Constitucional. Na relação entre as regiões e o Estado, Paz Ferreira considera que as interpretações, políticas e jurídicas, têm sido maioritariamente centralistas. “Portugal gosta muito de tratar as regiões autónomas como Bruxelas trata Portugal, o que é uma pena”, conclui.

No mesmo painel dedicado ao en-



O presidente do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal.

quadramento das finanças públicas regionais, António Carlos dos Santos recordou o percurso desde a adesão de Portugal à comunidade europeia, concluindo que não há autonomia financeira quando se trata de consolidação das contas públicas.

A evolução do pacto de estabilidade e crescimento para pacto orçamental é apontada como uma das limitações aos Estados, mas também às regiões. A estas, sublinha, “é quase dito, se querem reduzir taxas, sejam independentes”.

Perdas anuais com a saída de empresas do CINM avaliadas em 250 milhões

FRANCISCO COSTA

‘O caso do Centro Internacional de Negócios’ foi apresentado pelo presidente da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira. Francisco Costa lembrou a evolução da praça até 2011, quando foram interrompidas as negociações com Bruxelas, o que levou à saída de muitas empresas. Só em IRC, Francisco Costa acredita que a perda anual para a Região foi na ordem dos 150 milhões de euros, mas a esse valor terão de ser acrescentadas outras receitas que permitem chegar a um prejuízo de 250 milhões ao ano, desde 2011.



O CINM contribuiu, em 2013, com 123 milhões para as receitas da Região e em 2014 esse valor foi de 134 milhões.

“A Madeira não teria necessidade do esforço do PAEF se estas empresas não tivessem saído do CINM”, conclui, numa crítica directa às decisões do governo da República. No mesmo painel, Clotilde Celorico Palma abordou as particularidades do IVA nas regiões. No caso da Madeira, considera que a taxa de 22% é “extremamente elevada” e contraria o próprio tratado de adesão de Portugal à UE que prevê impostos mais baixos nas regiões.